

TRT – 01632-2005-005-03-00-9-AP – 8ª Turma – Publicação: DEJT 05.11.2010

AGRAVANTE: MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

AGRAVADA: COOPERATIVA NACIONAL DOS CONDUTORES DE MOTOCICLETAS E AFINS – COOMEG

EMENTA: EXTINÇÃO DA EXECUÇÃO. INOCORRÊNCIA. SUSPENSÃO DO PROCESSO *SINE DIE*.

APLICABILIDADE DO ART. 40 DA LEI 6.830/80. Sabidamente, o artigo 794 do Código de Processo Civil enumera três hipóteses de extinção da execução, sendo a primeira relativa à satisfação da obrigação, a segunda dizendo respeito à remissão da dívida e a última, aplicada ao caso concreto pelo Juízo de primeiro grau, referente à renúncia do credor ao seu crédito. Na hipótese em apreço, ao ajuizar demanda executória no sentido de ver cumprida, pela Executada, obrigação de não fazer consistente na cessação da intermediação de mão-de-obra de trabalhadores, o Ministério Público do Trabalho atua na defesa dos direitos coletivos de todos os empregados da Agravada, bem como dos interesses difusos dos potenciais obreiros da referida cooperativa, repelindo conduta fraudulenta da mesma. Nesse aspecto, considerando que a indisponibilidade é característica sempre presente nos interesses difusos ou coletivos propriamente ditos, tem-se que o direito incorporado na presente execução não pode ser objeto de renúncia. Noutro tanto, não há que se cogitar da aplicação, *in casu*, do disposto no Provimento 02/2004 deste Eg. Regional, porquanto o referido Provimento trata especificamente de execução por quantia certa, enquanto o caso em tela versa sobre uma execução de obrigação de não fazer. Portanto, constatada a inexistência de circunstância que dê causa à extinção da execução, resta necessária a suspensão do feito, *sine die*, nos termos do artigo 40 da Lei 6.830/80, sendo que apenas na hipótese de a Executada ser localizada, o processo executório retomará o seu curso, podendo, contudo, ser extinto caso seja constatada a dissolução formal da Agravada.